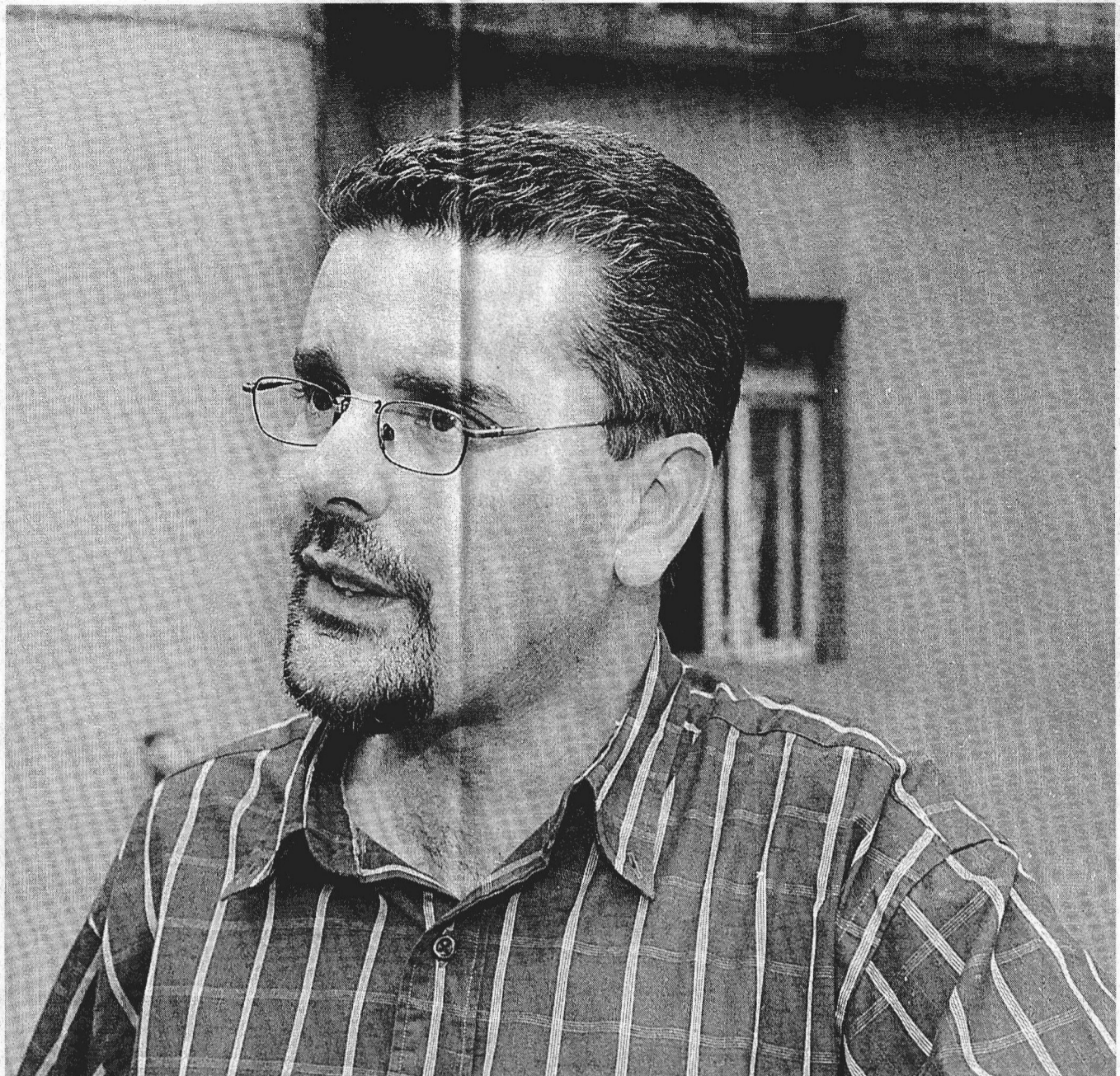


‘Piso nacional para as polícias’

João Paulo Engelbrecht

Apesar de ter deixado a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o deputado federal Marcos Rolim (PT-RS) continua o mesmo militante defensor. Antes de conceder esta entrevista, ele procurava, ansiosamente, contactar autoridades e a imprensa de seu Estado, para mostrar sua indignação contra um episódio que chocou a capital gaúcha na semana passada - uma mãe e duas filhas que tiveram a casa invadida e foram estupradas, apesar de ao primeiro sinal de perigo terem chamado a polícia, que levou três horas para aparecer e só chegou quando não havia mais o que fazer. Depois de roubar um cigarro de uma secretária e desabafar contra a violência, Rolim falou da última caravana realizada pela Comissão, sobre os direitos humanos dos policiais, e sobre o movimento de reivindicação dos policiais militares e bombeiros do Distrito Federal, que querem aumento de 28,23%.



“Nós chegamos a pegar casos, como no Piauí, que um soldado ganha R\$ 300, com gratificações. O soldo chega a ser R\$ 17,90”

– No final do ano passado a Comissão de Direitos Humanos realizou uma terceira caravana nacional. Como foi esse trabalho?

– Nós atravessamos o Brasil, vários estados, nos reunindo com as polícias, com as associações representantes das várias polícias brasileiras, para tentar saber exatamente qual a circunstância do policial quando ele é vítima de violação dos direitos humanos. E o que mais chamou a atenção foi o seguinte: há uma situação insuportável hoje das polícias no Brasil, que envolve a política salarial praticada no país, nos vários estados. Nós chegamos a pegar casos, como no Piauí, que um soldado ganha R\$ 300, com todas as gratificações, avanços, etc. O soldo chega a ser R\$ 17,90.

– Mas isso é legal?

– Isso é totalmente ilegal. Aí vai somando o abono, etc., o cara ganha R\$ 300 para ser policial. Em muitos estados brasileiros o quadro é dessa gravidade. Quer dizer, salários iniciais muito baixos, uma diferença salarial imensa entre o início da atividade da carreira policial e os cargos mais elevados, do soldado ao coronel, do investigador até o delegado. Então, isso tem esse tensionamento. O estado paga mal, produz desigualdades sociais dentro da polícia que são insuportáveis e que já começam a envolver problemas de disciplina e hierarquia. Evidente, porque eles não têm como manter qualquer tipo de disciplina com um padrão salarial tão diferenciado como esse.

– Foi possível ver reflexos disso na segurança prestada à população?

– O que nós percebemos também a partir desse problema salarial é que quem paga mal recruta mal. Como os salários iniciais são muito baixos, acabam entrando nas corporações policiais pessoas que não têm uma maior qualificação, que não conseguiram uma colocação no mercado de trabalho e acabam indo para a polícia. Então nós temos uma polícia mal paga, mal preparada, que já traz, desde a sua origem, uma série de deformações, pela falta de preparo, pela falta até de estudo. E os baixos salários causam outro problema: em quase todos os estados brasileiros os policiais são obrigados a fazer um segundo trabalho, o chamado “bico”, nas horas de folgas. Justamente quando deveria estar descansando, com a família.

– Na verdade, então, não há folga.

– Eles assumem outro serviço, em geral serviço de segurança privada, algo que tem relação com a sua atividade. E a esmagadora maioria dos policiais brasileiros que são assassinados, são assassinados durante a folga, nesse “bico”, porque ali ele está desprotegido, trabalhando sozinho, não tem o apoio de qualquer outro colega, não tem o apoio da corporação.

Enfim, ele acaba se expondo muito mais e acaba morrendo. Isso é mais fácil de medir em alguns estados, onde existem levantamentos estatísticos sobre isso. Em São Paulo, por exemplo, o número de mortes durante a folga é oito vezes maior do que quando o policial está em serviço. Então morte de policiais no Brasil se dá basicamente no horário de folga. O que nós achamos que precisa ser feito, e é uma das sugestões que nós temos da caravana, é agir nacionalmente. É preciso que haja um piso salarial nacional unificado para a atividade de policial.

– Mas as polícias, com exceção do Distrito Federal, são estaduais. Como resolver esse piso?

– A idéia é que houvesse a definição de um piso nacional e que o governo federal repassasse aos estados a diferença entre o salário pago hoje e esse piso. Como seria feito isso? Através do Fundo Nacional de Segurança Pública, criado por uma Medida Provisória do governo federal, que faz parte do Plano Nacional de Segurança Pública. A tese básica é a seguinte: ao invés de você passar recursos para os estados, para que os estados comprem viaturas, armamentos... porque é o que está sendo feito, está se passando milhões e milhões para os estados, muito dinheiro, para adquirirem equipamentos para a polícia. Só que esses recursos poderiam ser usados de outra forma, especialmente para garantir esse piso nacional.

– E qual seria o valor desse piso nacional?

– Não temos esse levantamento ainda. Mas eu digo assim, alguns estados do Brasil, como Minas Gerais, São Paulo, talvez estivessem próximos desse piso. Há os estados que estariam muito abaixo dele, especialmente no Norte e Nordeste. E, ainda, uma referência nossa, nacional, é o Distrito Federal, que paga o melhor salário do Brasil para a polícia, na verdade pago diretamente pela União. A nossa idéia, para não criar uma referência arbitrária, seria tomar como piso nacional o salário pago no Distrito Federal. Hoje nós temos em Brasília, não é o salário base, mas o policial em início de carreira em Brasília ganha em torno de R\$ 1.450. Nós cremos que esse valor é um valor muito razoável para ser o piso nacional.

– Mas os policiais do DF estão realizando um movimento por melhores salários.

– As reivindicações salariais são justas. É preciso encontrar uma solução para essas demandas. Agora, eu tenho uma posição, que é uma posição de princípios, firmada há muito tempo, independente da situação de Brasília. Eu acredito que as polícias não podem possuir o direito de greve. Sou contra o direito de greve para as polícias, seja militar ou seja civil.

Por duas razões básicas: primeiro, o policiamento é um serviço de natureza essencial, então você não pode, em qualquer circunstância, de remuneração, de interesse corporativo, permitir que a população fique à mercê da criminalidade porque há uma greve. É como o médico. Qualquer serviço de necessidade absoluta de prioridade absoluta, que pode colocar a vida em risco, não pode ter greve, não pode ter direito de greve. Deve-se encontrar outras maneiras para que esses servidores possam protestar, encaminhar suas reivindicações, mas não a paralisação dos seus serviços. Além disso, um servidor a quem se confere uma arma e que pode utilizar esse armamento para o exercício de uma demanda corporativa, deixa você diante de um problema de segurança. E as experiências recentes no Brasil, vários movimentos grevistas em outros estados demonstram isso.

– Os episódios de Minas Gerais e Pernambuco?

– As experiências de Minas e de Pernambuco são muito ilustrativas do risco de uma greve armada. E aqui mesmo no Distrito Federal as informações que nós temos é que já houve ocorrência de disparos nesse movimento, embora é preciso investigar isso, para ver se não é atitude de algum provocador. Eu acho que os policiais devem ter garantido o direito de reivindicar coletivamente, de realizarem manifestações nos seus períodos de folga. Nada disso é permitido hoje. Em muitos estados o policial militar pode ser preso administrativamente, dentro do quartel, em cela, o que é humilhante. E basta uma decisão do superior. Ele pode ser encaminhado para detenção em cela dentro da unidade que ele trabalha, que é uma ato absolutamente arbitrário, porque ele pode ser preso sem ser ouvido. Muitas vezes isso acontece por infrações disciplinares corriqueiras, o cara pode estar com uma roupa desalinhada, um cabelo comprido, qualquer coisa desse tipo pode significar detenção. Então eu acho que é preciso, ao mesmo tempo em que se proíbe o direito de greve, garantir que haja o exercício cidadão dos policiais, que hoje eles não têm essa condição por conta dos regimentos que são totalmente ultrapassados e autoritários. Especificamente aqui no DF

– A situação dos policiais do DF foi analisada pela Caravana?

– A gente concluiu aqui a caravana com uma audiência. Surgiram várias reclamações, principalmente a falta de apoio para os policiais que são vitimados, aqueles que ficam com seqüelas, tem vários paráliticos. O apoio do estado nesses casos, as famílias, os próprios policiais, é muito frágil. Eles reclamam de coisas dessa natureza, de proteção, muita reclamação a

respeito dessas questões de ordem disciplinar, contra os regimentos. Na verdade não tem muita diferença do resto do país, a não ser o fato de que, no Distrito Federal, pela situação salarial, as contradições são menores do que nos outros estados. A rigor a gente tem aqui a melhor situação.

– A má remuneração dos policiais pode ser uma porta para a corrupção?

– Para um monte de problemas. Nem diria a corrupção, porque aí vamos ter que admitir a lógica de que quem ganha pouco tem que se corromper. Acho que essa lógica não é aceitável. Mas eu acho que o que faz é que o serviço do policial cai de qualidade, porque recruta mal e obriga esse cara a trabalhar mais do que ele pode suportar. Acho que corrupção não tem tanto a ver com plano salarial. Tem mais com o problema da falta de controle da polícia no Brasil. Então sempre que tem uma instituição sem controle, vai ter corrupção, isso é regra.

– E o controle exercido pelas corregedorias?

– Não, isso aí é um ritual. Corregedoria é ritual. Quando eu falo controle, eu me refiro ao controle externo. A Constituição estabelece que a atividade policial deve ter o controle do Ministério Público. Mas o próprio Ministério Público reconhece que não há controle.

– Por que?

– Há uma resistência corporativa muito forte das polícias, primeiramente isso. Segundo, o Ministério Público, desde a Constituição de 1988, ganhou atribuições tão vastas que eu imagino que o trabalho que eles têm seja imenso. Há um enorme número de denúncias para apurar. Eu acho que os quadros do Ministério Público não são suficientes para dar conta dessa demanda. O controle militar acabou ficando relegado a um terceiro, quarto plano, porque não é uma coisa tão emergencial quanto outros problemas que o Ministério Público tem que tratar diariamente. Então precisaria haver um reforço do Ministério público e uma superação dessa resistência corporativa que é muito forte. Em geral, as polícias resistem muito a qualquer idéia de controle externo.

– A solução passaria pela unificação?

– Não. Pelo contrário. Há alguns lugares onde ficou claro que a idéia da unificação pode criar problemas novos. São diferenças muito grandes entre as polícias militares e as polícias civis. Diferenças históricas, que envolvem trajetórias totalmente distintas, regulamentos, critérios de organização muito diferenciados. A fusão entre essas duas corporações poderia criar um ‘Frankenstein’, no qual ambas poderiam perder as vantagens que têm e ainda agregar os defeitos. A unificação é uma idéia muito difícil.

“A corrupção não tem tanto a ver com plano salarial. Tem mais com o problema da falta de controle da polícia no Brasil”

A maioria dos policiais brasileiros que são mortos, o são durante a folga, nesse “bico”

“Sou contra o direito de greve para as polícias, seja militar ou seja civil”